

# O encilhamento:

*um estudo literário  
como narrativa histórica metonímica*

*Antônio Hohlfeldt*

---

## I

O romance brasileiro nasceu com o Romantismo e foi também modelo para o romance que, mais tarde, seria escrito em nosso país. Neste sentido, autores como José de Alencar, Franklin Távora, Machado de Assis e Alfredo de Taunay podem ser considerados os verdadeiros fundadores de nossa narrativa longa. Cada qual deu sua contribuição específica e, com raras exceções, não são referencial de uma só tendência ou escola. Quase nenhum desses fundadores escusou-se em contribuir com mais de um gênero literário, exatamente porque uma das características desses intelectuais era determinada consciência de seu papel e da importância de sua militância.

Alfredo d'Escagnolle Taunay não fugiu à regra. Antes pelo contrário, foi um dos melhores exemplos dessa característica de época e de geração. Filho de um pintor, integrante da missão francesa que chegara à Corte e se casara com uma brasileira, Taunay teve essa dupla formação: a erudição clássica européia e a emotividade tropical sul-americana. Por decisão familiar, já que não pode estudar medicina, como queria, pelo custo dos estudos, filiou-se à carreira militar, tornou-se bacharel em ciências físicas e matemáticas, engenheiro geógrafo, conhecendo mineralogia, geologia e botânica. Como militar, participou da Guerra do Paraguai, ocasião que lhe propiciou profundo conhecimento do interior bra-

sileiro, pois viajou constantemente. Ao mesmo tempo, seu caráter firme, sua bonomia e sua diplomacia conduziram-no à carreira política, que deixou após galgar alguns dos mais altos escalões, inclusive um Ministério, quando o Império caiu e ele preferiu manter-se fiel as suas convicções, sem qualquer oportunismo.

Enquanto militar, teve tempo para, na esteira da herança paterna, desenvolver sentido de observação e habilidade plástica, exercitando-se enquanto paisagista, sobretudo fixando as regiões por que passara, em inúmeras imagens. Foi ainda, musicista amador. Profundo conhecedor dos acontecimentos pretéritos do país, sua obra literária resultou da simbiose de todos esses múltiplos e aparentemente contraditórios interesses: mesclou a capacidade de observação e de fixação das paisagens, a aguda compreensão dos acontecimentos e sua interpretação, além da experiência da militância política. Assim, não se multiplicou apenas em afazeres mas, na literatura, praticou diferentes gêneros, como era, aliás, comum entre seus companheiros: produziu, na ficção, contos e romances; escreveu narrativas memorialísticas, ensaios e crítica de arte, além de praticar o jornalismo. Prolífico, intuiu, contudo, que pouco ficaria, efetivamente, de sua produção, antecipando-se, desde logo, ao juízo dos contemporâneos e dos pósteros, ao reconhecer que deixaria seu nome na literatura, através dos romances *Inocência* (1872) e *A retirada da Laguna* (1871), no que não andou errado. O sucesso, aliás, dessas obras, foi tão grande que acabou, de fato, ensombrecendo às demais, dentre as quais a que pretendemos, aqui, examinar, *O encilhamento*.

Publicado originalmente na forma de folhetim, como era comum na época, nas páginas do jornal carioca *Gazeta de Notícias*, a partir de 26 de fevereiro de 1893, sob o pseudônimo de Heitor Malheiros, gerou enorme controvérsia: afinal, os acontecimentos eram recentes, as personagens plenamente reconhecidas, ainda que travestidas em outros nomes, e os sucessos narrados ainda se encontravam em desenvolvimento. A boa recepção do público, contudo, levou a obra a uma primeira edição em livro, já no mês de julho do mesmo ano, agora com prefácio do jornalista Verediano Carvalho que, sem revelar a verdadeira identidade do escritor, tratava de dirimir um equívoco, a atribuição de autoria da obra ao também jornalista Ferreira d'Araújo, redator-chefe do jornal que editara o texto. Só quando da segunda edição da obra em livro, em julho de 1923, o filho do escritor, o também historiador Afonso de Escragnolle Taunay, revelaria o verdadeiro autor, ao registrar:

“De perto observou o romancista estas cenas deprimentes de pilhagem e desvairamento [...] Foi das inúmeras vítimas do tremendo craque de 1891-1892 que arrasou as grandes e velhas instituições financeiras fluminenses.”

De lá para cá, não se ultrapassaram, por certo, dez edições, e embora talvez se deva reconhecer que *O encilhamento* não seja dos textos mais significativos, segundo o critério literário mais tradicional do período, uma releitura crítica da obra, sob uma perspectiva contemporânea, distanciados os elementos de *roman à clef* que é sua principal característica, longe de diminuir sua força e importância, como se tem desejado, ao longo das décadas, poderá revelar surpreendentes perspectivas, sobretudo se levarmos em conta a atualidade e repetitividade com que, apesar das pequenas modificações de aparência, episódios como o do *encilhamento* continuam acontecendo em nosso país.

Para isso, é bom que se repasse, ainda que rapidamente, a avaliação que desta obra fizeram os contemporâneos e os estudiosos do escritor, bem como busquemos um horizonte crítico mais amplo do que aquele com o qual se trabalha habitualmente.

## II

Desde sua contemporaneidade, a crítica tem sido contraditória em relação à obra do Visconde. Sílvio Romero, por exemplo, reconheceu desafio, mencionava Taunay enquanto um “destacado romancista”, mas ao mesmo tempo alfinetava-o, afirmando que suas melhores obras eram justamente as primeiras... e as mais antigas. Avalia que “os seus romances, contos e dramas, considerados do ponto-de-vista dos tipos que pretendeu criar ou do ponto-de-vista do enredo ou do estilo ou da linguagem, são de ordem secundária”.<sup>1</sup> José Veríssimo, por seu lado, que formava com Machado de Assis e Taunay o grupo contrário a Romero, reconhece que à obra falta “coesão e intensidade” e, especificamente sobre *O encilhamento*, registra: “foi um dos escritores mais versáteis e fecundos de seu tempo, mesmo o foi talvez com desleixada facilidade, acaso com menosprezo da sua situação literária”.<sup>2</sup> Justifica Veríssimo essas falhas pelo “ingênuo ardor do propagandista” com que sempre agiu Taunay.

<sup>1</sup> ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954. v. 5, p. 1612.

<sup>2</sup> VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981. v. 3, p. 221-222.

Algumas gerações mais tarde, Lúcia Miguel Pereira destaca que o escritor “foi sobretudo um paisagista”, acrescentando: “haver sido também pintor revela-lhe a visão plástica dos seres e das coisas – aproveitando os vultos humanos como elementos da paisagem”, registro que se faz tanto mais importante quanto, logo depois, a propósito do mesmo *O encilhamento*, apresenta algumas restrições à obra: tentou Taunay o romance de observação; “[...] o tema era excelente, mas perdeu-o o romancista por ter beirado por demais a crônica; talvez porque os visse muito de perto, não deu aos sucessos o necessário relevo; talvez porque as copiasse de modelos vivos, pôs nas criaturas traços caricaturais, que lhes dão ares de fantoches”.<sup>1</sup>

Ora, há aqui algumas observações a fazer. A primeira delas é o fato de que Lúcia Miguel Pereira, em que pese destacar o fato de Taunay incluir suas personagens enquanto elementos da paisagem, parece destinar o conceito de paisagista apenas àquele tipo de romance sertanista que então grassava. Por outro lado, é explícita a reserva da crítica ao fato de ter Taunay trabalhado sua narrativa sob a perspectiva da crônica dos acontecimentos. Veremos, mais adiante, que é justamente este o aspecto que torna seu livro mais interessante, desde que não nos apeguemos a formulismos literários como parece ter ocorrido, dessa vez, com a conhecida estudiosa de nosso romance.

Justamente este é o aspecto destacado por Brito Broca a propósito da obra literária de Taunay, considerado “o maior memorialista” do Segundo Império e de quem o crítico afirma ainda: “para o levantamento dos usos e costumes da época, dispomos, além das coleções dos jornais e revistas, dos próprios romances de escritores românticos, como Teixeira e Sousa, Bernardo Guimarães, Macedo, Alencar, Machado de Assis da primeira fase, Taunay e outros de menor relevo”.<sup>2</sup>

Na atualidade, a controvérsia continua. Antonio Candido vale-se consciente e propositadamente da fórmula “impressão e lembrança”, ao invés de “memória e emoção”, e porque, embora reconheça em Taunay um “senso de realidade e sentido de observação”, entende que “poucos romancistas têm produção tão contraditória” quanto ele. Registra que sua obra se constrói enquanto elaboração permanente da “própria experiência”, transformando-se num “longo diário”. Aqui, uma vez mais, o aspecto saudado

positivamente por Brito Broca é visto negativamente por Antonio Candido, que aprofunda a análise, agora já diretamente a propósito de *O encilhamento*: “tem muito de estudo, ou seja, [...] considera como um caso o aspecto descrito da realidade”.<sup>3</sup>

No pólo oposto se coloca Wilson Martins. O crítico paranaense entende, ao contrário, que a *grande obra de 1894* foi, justamente, *O encilhamento*, e apresenta como base para sua assertiva três elementos que, em seu entendimento, justificam a estrutura da obra: o romance é, em primeiro lugar, “o grito de revolta de uma vítima, de um dos *esfolados* ao mesmo tempo ingênuos e cúpidos que o romance descreve tão bem”. Martins chega a sugerir a identidade entre o escritor e a principal personagem masculina, ela também vítima dos *zangões*, Luís de Meneses. Por outro lado, ressalta a “vingança amarga do monarquista contra os vitoriosos do novo regime”, eis que Taunay, monarquista convicto, acusa frontalmente à República pelo que ocorreu. Por fim, há um terceiro aspecto, “geralmente ignorado pelos historiadores e que, apesar de tudo, representa o lado positivo do Encilhamento, e é o fato de ter sido também uma crise de crescimento, um impulso modernizador e industrializante, infelizmente frustrado pela onda de desonestidade em que se engolfou”. Advém justamente desta contradição a significação do romance de Taunay, porque ele acaba, o romance, falando daquilo que, a exemplo de Balzac, Taunay não quer falar, ou seja, do advento de uma *nova sociedade*, “representada pelas caras inteiramente desconhecidas que passaram a frequentar os clubes e os teatros, enquanto as famílias tradicionais, que só podiam encará-las como arrivistas, conservavam-se trombudamente fechadas em casa, para não se misturar”.<sup>4</sup> Em síntese, era o *capitalismo nascente*, com uma – não apenas imoralidade, como quer Taunay – mas nova e diferente moralidade, difícil de ser compreendida e aceita naquele momento.

A leitura de Martins está correta e objetiva a análise a que se propõe. O narrador, embora não diga, nem pretenda dizer, acaba narrando uma outra coisa que não apenas uma derrocada. Advém dessa ambigüidade, justamente, a importância do romance do Visconde, evidenciando que ele era, sim, um excelente romancista, um extraordinário paisagista, um ótimo observador do meio em que vivia, talvez bem mais, até, do que do espaço rural a que tanto se dedicou e pelo qual tantos encômios sempre recebeu.

<sup>1</sup> PEREIRA, Lúcia Miguel. *Prósa de ficção*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. p. 39 e 43.

<sup>2</sup> BROCA, Brito. *Naturalistas, pornosinos e decadistas*. Campinas: UNICAMP, 1991. p. 19-20.

<sup>3</sup> BROCA, Brito. *Românticos, pré-românticos, ultra-românticos*. Pólis-INL, 1979. p. 95.

<sup>4</sup> CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: Martins, 1959. v. 2, p. 308-309, 313 e 315.

<sup>5</sup> MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1977-1978. v. 4, p. 454 e ss.

"Falso romance", como afirma Wilson Martins, que logo depois se corrige, denominando-a *roman à clef*, esta é uma obra de enorme representatividade, justamente porque se revela pelo seu contrário.

Coincidem, assim, as avaliações no que toca ao escritor, enquanto paisagista e excelente observador. Diferem, diametralmente, no que tange a ser *O encilhamento* um romance importante. Heron de Alencar chega a afirmar que "esgotados os motivos circunstanciais desse interesse, o livro foi sendo esquecido".<sup>8</sup> Se a afirmativa não é falsa, certamente está equivocada a interpretação para tal esquecimento: é a leitura que andou errada, e não a obra.

### III

É isso, exatamente, o que queremos comprovar, através dessa releitura a que nos propusemos. Para tanto, lembremos um pouco da história, não ainda dos acontecimentos que centralizaram a atenção do romancista, mas sim aquela história que envolve a matéria mesma do campo de conhecimento em que estamos nos movimentando, ou seja, a Literatura e a História.

A noção de *literatura*, tal e qual a temos hoje, nasce no século XIX, afirma-nos Roberto Corrêa dos Santos: "a produção do objeto estético do século XIX almeja, por um lado, captar esse suposto real [...] e, por outro, apresenta toda uma movimentação interessada por colocar esse mesmo real numa perspectiva didática o narrador do século XIX é, de modo geral, aquele que dá a mão ao leitor e o faz caminhar pela paisagem, que o conduz na direção das linhas do quadro".

Na verdade, não é apenas a noção de *literatura* quanto a de *história* que se conforma também nesta época, por contigüidade e por oposição, conforme nos mostra Hayden White. Até então, havia certa indistinção entre ambos os relatos, porque ambos pretendiam oferecer "uma imagem verbal da realidade [...] Contudo, no começo do século XIX tornou-se convencional, pelo menos entre os historiadores, identificar a verdade com o fato e considerar a ficção o oposto da verdade, portanto um obstáculo ao entendimento da realidade e não um meio de apreendê-la. A história passou a ser contraposta à ficção, e sobretudo ao romance, como a representa-

ção do *real* em contraste com a representação do *possível* ou apenas do *imaginável*".<sup>9</sup> Assim, definiu-se a "história como o estudo do real e o romance como a representação do imaginário" (p. 140).

De lá para cá, "a tendência da história tem sido a de manter-se situada dentro de paradigmas literários e científicos que datam do século XIX, enquanto a literatura e a ciência já há muito tempo deixaram para trás essas fases iniciais de seu desenvolvimento".<sup>10</sup>

O que isso significa, na prática? É que retomamos a perspectiva anterior ao século XIX, certa indiferença entre a narrativa histórica e a literária, enquanto *artefato verbal*, perceptível e coerente em sua estrutura. Hayden White, na obra citada, evidencia que existe proximidade desses discursos enquanto mediadores do real: "como tal, é ao mesmo tempo interpretativo e pré-interpretativo; é sempre sobre a natureza da própria interpretação e sobre o tema que constitui a ocasião manifesta de sua própria elaboração" (p. 16). Isso significa que a elaboração da linguagem é anterior ao próprio texto e vem carregada de ideologia, de politicidade, de diferencialidade.

Nada mais apropriado para ser aplicado à análise desse romance de Taunay. Em primeiro lugar, a literatura brasileira romântica está se concretizando no momento mesmo em que tais debates e elaborações estão sendo desenvolvidas na Europa. E por sua erudição, é de se supor que nossos romancistas românticos acompanhassem, ainda que à distância, tais discussões. Por outro lado, a contraditória avaliação que se faz, ainda hoje, de *O encilhamento*, evidencia que o problema, longe de ter sido resolvido, continua, ao contrário, presente no horizonte de nosso debate.

Capistrano de Abreu, quando pretende esboçar sua história da literatura brasileira, afirma: "Há dois métodos de crítica em literatura: o método qualitativo e o método quantitativo. O primeiro considera o *produto* e fixa-lhe o valor apelando para uma idealidade. O segundo considera o *processo*, o característico, os antecedentes da realidade".<sup>11</sup> Ele escolhia o quantitativo, que *definia* o objeto de estudo, ao invés de julgá-lo, apenas, procurando o "estado psíquico e social" (p. 384). Não é diferente a opção que devemos tomar. E o fazemos buscando em Hayden White justamente o aparato teórico capaz de nos propiciar uma contextualização correta para a abordagem coerente da obra do Visconde de Taunay.

<sup>8</sup> ALENCAR, Heron. *José de Alencar e a ficção romântica*. In: COUTINHO, Afrânio (org.). *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1969. v. 2.

<sup>9</sup> SANTOS, Paulo Roberto. História como literatura. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 81, abr.-jun. 1985, p. 10.

<sup>10</sup> WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso*. São Paulo: EDUSP, 1994. p. 139.

<sup>11</sup> HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 134.

<sup>12</sup> ABREU, Capistrano. *A literatura brasileira contemporânea*. In: COUTINHO, Afrânio (org.). *Caminhos do pensamento crítico*. Rio de Janeiro, Brasília: Pallas, INL, 1980. v. 1, p. 383-384.

O enfoque narrativista, na expressão de Francisco Ricardo Rüdiger,<sup>13</sup> está claramente expresso nos princípios que norteiam outro trabalho de Hayden White, *Metahistória*,<sup>14</sup> em que, buscando a teoria dos tropos de Jakobson e Levy-Strauss, o historiador norte-americano estabelece um paralelo entre a narrativa literária e a narrativa histórica, à base de quatro figurações fundamentais:

– pela *metáfora* (literalmente, transferência), os fenômenos podem ser caracterizados em termos de sua *semelhança com*;

– pela *metonímia* (literalmente, mudança de nome), o nome de uma parte de uma coisa pode substituir ao nome do todo;

– pela *sinédoque*, que para alguns teóricos é uma forma de metonímia, um fenômeno pode ser caracterizado utilizando a parte para simbolizar uma *qualidade*, supostamente inerente à totalidade;

– pela *ironia*, pode-se caracterizar entidades negando, ao nível figurativo, o que se afirma positivamente no nível literal.

Depois de alertar que a metonímia, a sinédoque e a ironia são, em última instância, diferentes tipos de metáfora, que é essencialmente *representativa*, enquanto que as demais figuras são *reducionista*, *integrativa* e *negativista*, respectivamente, White desenvolve longamente sua perspectiva, a que denomina genericamente de *protocolos lingüísticos* (p. 45), agrupando a metáfora, a metonímia e a sinédoque, de um lado, a que caracteriza como *ingênuos* e à ironia de outro, por ser *sentimental* e autoconsciente (segundo Schiller).

Em outra obra que aqui já nomeamos, *Trópicos do Discurso*, retoma o tema, aprofundando-o, quando estabelece uma relação entre tais protocolos e os gêneros narrativos, da seguinte forma:

Metáfora .....	romance
Metonímia .....	tragédia
Sinédoque .....	comédia
Ironia .....	sátira (p. 144-145)

demonstrando, ainda, que cada um desses “modos lingüísticos, modos de urdidura de enredo e modos de explicação, apresenta afinidades com uma posição ideológica específica”, ficando então assim o quadro por ele esboçado:

metáfora .....	romance .....	anarquista
metonímia .....	tragédia .....	radical
sinédoque .....	comédia .....	conservador
ironia .....	sátira .....	liberal (p. 145).

<sup>13</sup> RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Paradigmas do estudo da história*. Porto Alegre: ISEL-IEL, 1991. p. 138.

<sup>14</sup> WHITE, Hayden. *Metahistória*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. p. 40 e ss.

Passando a estudar cada um desses *mitos* ou *tropos* narrativos ao longo da história, Hayden White acaba por destacar a importância de Tocqueville (1805-1859) que, para ele, possuía uma concepção da História semelhante à de Balzac, centrada numa espécie de permanente tensão dramática, sintetizada num conjunto de movimentos variados e contraditórios: o homem surge da natureza, esforça-se por criar uma sociedade adequada e logo tenta combatê-la, criando o drama da mudança social (p. 219). O historiador chama a atenção para o fato de que Tocqueville oscilou permanentemente, em suas simpatias, entre o idealismo aristocrático e o materialismo que surgia com a nova realidade política e social francesa, após a Revolução de 1789.

Podemos aplicar essa mesma perspectiva a Alfredo Escragno Taunay. Nascido em 1843 e falecido a 1899, também viveu um período de transição. E se de Tocqueville diz Hayden White que possuía “um ponto de vista manifestamente liberal com um tom conservador” (p. 207), de Taunay pode-se afirmar exatamente o contrário: guardava uma perspectiva essencialmente conservadora, como o aponta Wilson Martins, ainda que, literariamente, tendesse ao liberalismo. Não por um acaso, *O encilhamento* oscila permanentemente entre a *sinédoque*, isto é, a comédia com perspectiva conservadora, e a *ironia* ferina que é a marca da sátira liberal. *O encilhamento* constrói-se enquanto *sinédoque*, na medida em que toma a parte pelo todo, o seja, o próprio episódio do Encilhamento como sendo a República em si. Já o apontou corretamente Wilson Martins:

“o que Taunay não diz – ou melhor, diz apenas de passagem e sem explicar a alusão, é que o Encilhamento ocorreu *apesar* do decreto de 17 de janeiro de 1890 que continha todas as ressalvas moralizadoras [...]; ele insiste ainda menos no fato de que o encilhamento havia começado, na realidade, antes da República” (p. 456).

Não por um acaso, os historiadores e críticos literários da prosa de Taunay são unânimes, ainda que com ênfases diversas, em apontarem a indefinição estilística – ou melhor – o estilo de transição que caracteriza o seu romance. Lúcia Miguel Pereira define-o como um “sentimentalista convencional” (p. 40), no que é contraditada por Sílvia Romero, que reconhece o “caráter realístico de sua composição” (p. 1613), corroborado, por exemplo, pela assertiva de Brito Broca, que encontra “inclinações realistas” em Taunay desde seu romance de estréia, *A mocidade de Trajano* (1871).

Mais recentemente, José Guilherme Merquior,<sup>15</sup> embora modificando o termo, assume a mesma tendência, quando fala do “naturalismo moderado à Alphonse Daudet em *O encilhamento*, que classifica como um estudo do capitalismo brasileiro, na mesma perspectiva, aliás, de Antonio Candido, em ambos os casos, pois o crítico de Rio Bonito não apenas apontara o horizonte do estudo quanto também reconhece uma oscilação permanente no escritor,

“marcado pelo *realismo mitigado* (que enxergara em Daudet) [...]. Mas a sua maneira de apreender a realidade, a sua interpretação dos atos e sentimentos, permanecem românticos” (p. 315).

Contemporâneo de Cândido, Heron de Alencar também destaca Taunay como um “escritor de transição entre Romantismo e Realismo” (p. 269), repetindo, aliás, José Veríssimo, que indicara a “transição entre o romantismo clássico e o naturalismo” (p. 199) como principal característica da obra de Taunay, ecoado por Nelson Werneck Sodré, ao destacar a *verossimilhança* como marca identificadora de Taunay,<sup>16</sup> ou ainda Antonio Soares Amora, que prefere reconhecer que “*Inocência* é ambivalente e inclassificável por ser transição do gosto romântico para o realista”.<sup>17</sup> Otto Maria Carpeaux, em sua *Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira*<sup>18</sup> chega mesmo a catalogá-lo num capítulo intitulado *Movimentos anti-românticos*.

Conclusivamente, pode-se dizer, com Olívio Montenegro,<sup>19</sup> que o realismo de Taunay estaria só no assunto, pois que toda a sua obra é idealista, lírica e sentimental, com o que completariamos o quadro antes apresentado:

Sinédoque..... comédia..... conservador..... romântico  
Ironia..... sátira..... liberal..... realista

O aspecto negativista da crônica, encontrado na análise literária de Lúcia Miguel Pereira, persiste também, de certo modo, na perspectiva que a própria História possui desse gênero, visto enquanto lista ou relação de acontecimentos, arrumados conforme a seqüência linear do tempo”.<sup>20</sup>

<sup>15</sup> MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977. p. 100.

<sup>16</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960. p. 301.

<sup>17</sup> AMORA, Antonio Soares. *O Romantismo*. São Paulo: Cultrix, 1967. p. 289-290.

<sup>18</sup> CARPEAUX, Otto Maria. *Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1968. p. 135.

<sup>19</sup> MONTENEGRO, Olívio. *O romance brasileiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. p. 54-60.

<sup>20</sup> MASSAUD, Moisés. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 1974.

Walter Benjamin, ao contrário, empresta-lhe um aspecto positivo, ao considerar o cronista como o “narrador da História”,<sup>21</sup> tecendo a seguinte diferença:

“o historiador está obrigado a explicar, de uma maneira ou de outra, os incidentes de que trata: não pode, em circunstância alguma, contentar-se em apresentá-los como peças exemplares do mundo. Mas é exatamente isso que o cronista faz, com ênfase especial nos seus representantes clássicos, os cronistas da Idade Média. [...] Entra em seu lugar a interpretação que nada tem de a ver com o encadeamento preciso dos acontecimentos, mas com a maneira de enquadrá-los no curso insondável do universo.”

Pode-se, pois, falar de uma espécie de *gênero misto*, justamente aquele tipo de texto a que Hayden White vai denominar *ficções de representação factual*,<sup>22</sup> esses artefatos verbais que pretendem ser a imagem verbal da realidade, e que devem ser perceptíveis e coerentes em sua estrutura (narrativa).

#### IV

O episódio da história brasileira conhecido como Encilhamento provoca, ainda hoje, interpretações contraditórias. Bem se pode imaginar, em conseqüência, as reações produzidas na época mesma em que os acontecimentos se precipitaram.

Fundamentalmente, para que se possa compreender o que ocorreu, deve-se ter em mente dois acontecimentos pretéritos ao episódio em si: de um lado, a libertação dos escravos e a forte presença de imigrantes que, advindos desde a primeira metade do século, constituíam agora massas trabalhadoras que começavam a articular reivindicações e fortes movimentos urbanos. Some-se a isso a permanente disputa entre os segmentos latifundiários dos cafeicultores, especialmente paulistas, acostumados a uma política de importações subsidiadas, e os demais segmentos agrícolas, fortemente necessitados de crédito diante da liberação da mão-de-obra escrava, com a conseqüente necessidade de se pagar o trabalhador liberto, daí para a frente. Por fim, a proclamação da República, se deixara ao grosso da população *bestializada*, para usarmos a expressão de um historiador, também deixou aos banqueiros internacionais, que tinham fortes interesses no país, bastante preocupados.

<sup>21</sup> BENJAMIN, Walter. O narrador. In: *Benjamin - Habermas - Horkheimer - Adorno*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 65-66.

<sup>22</sup> White, op. cit., nota 9, p. 137.

Na verdade, é consensual que o *encilhamento* em si começou muito antes da república e, portanto, é anterior à presença de Rui Barbosa à frente do Ministério da Fazenda do Governo Provisório de Deodoro da Fonseca. Pode-se dizer que, de fato, as coisas começaram a acontecer ainda no Ministério de João Alfredo, ao tempo de Dom Pedro II, com o decreto de 24 de novembro de 1888, que autorizava emissões bancárias de instituições particulares, desde que garantidas com lastro-ouro. Essa política continuou durante o Ministério Ouro Preto, suscitando, por parte de Rui Barbosa, exacerbada campanha contrária a tais decisões, concretizada numa série de artigos publicados em diferentes jornais do Rio de Janeiro.

Não é de surpreender, pois, que, com o advento da República, o Governo Provisório tenha escolhido justamente a Rui Barbosa para ser seu Ministro da Fazenda. Os diferentes textos e discursos pronunciados por Rui parecem indicar que ele não pretendia arcar com tal ônus, mas acabou vencido pelas circunstâncias. A partir daí, os fatos são confusos e se prestam a ambigüidades.

Como ações concretas, o que se pode dizer é que o novo Ministro, longe de mudar a política até então seguida, mantém-na e a amplia. A defesa de Rui Barbosa é objetiva: os bancos internacionais haviam suspenso a entrega das cotas finais de empréstimos concedidos ao Império. A escassez monetária era enorme, e se corria o risco de uma absoluta paralisação da economia nacional.

Valendo-se da absoluta confiança que Deodoro da Fonseca depositava em si (Rui administrara com sucesso o episódio da separação entre Igreja e Estado e a institucionalização do casamento civil, o que poderia gerar imensa crise com a Igreja Católica, além de participar – na verdade – escrever a nova Constituição republicana), fez com que Deodoro assinasse o decreto nº 165, com data de 17 de janeiro de 1890, que transformava a permissão das emissões sob garantias de lastro-ouro em papéis da dívida do Tesouro. Valia-se o Ministro da experiência, anteriormente realizada, pelos Estados Unidos, em 1763, esquecendo-se,<sup>20</sup> porém, de alguns pormenores, dentre os quais:

– o Brasil recém saíra de uma economia baseada na mão-de-obra escrava, onde, evidentemente, a poupança era mínima. Rui, ao contrário, tanto em suas manifestações públicas quanto nos documentos encaminhados ao Governo, não se cansava de afirmar que suas primeiras medidas fariam com que os dinheiros, escondidos a sete chaves, surgissem e se transformassem em bem-sucedidos empreendimentos;

– por outro lado, havia uma tradição, desde os tempos do Império, segundo a qual nenhum investimento de risco era empreendido sem garantias e vantagens concedidas pelo Governo. Não seria de uma hora para a outra que esta tradição seria mudada...

Rui, por seu lado, não pensava que papel gerasse qualquer tipo de movimento inflacionário, mas acreditava, ao menos publicamente, que, de fato, alcançaria sua principal meta que era o apoio a uma agricultura diversificada, a circulação de mercadorias no âmbito interno, independentemente de uma política importadora, mediante a constituição de uma bem estruturada rede de transportes. Para tanto, era necessário apostar pesado na industrialização.

É bom lembrar que Rui Barbosa pertencia a uma nova classe social, a classe média urbana, que se distanciava bastante dos segmentos aristocráticos – por origem ou por aquisição de títulos – que perambulavam pelo Paço Imperial.

O decreto nº 165 dividia o Brasil em três grandes regiões de emissões bancárias, uma ao norte, com sede na Bahia, outra ao Centro, com sede no Rio de Janeiro e, por fim, uma terceira ao Sul, com sede em Porto Alegre.<sup>21</sup> Posteriormente, por pressão dos paulistas, criou-se uma quarta região, com sede em São Paulo. Se o Império tivera no Conde de Figueiredo sua espécie de sombra, Rui Barbosa sofreria forte influência de um outro banqueiro, Francisco de Paula Mayrink, principal idealizador do projeto posto em andamento por Rui Barbosa e, naturalmente, quem mais se beneficiou dele, pois ficou responsável pelo Banco dos Estados Unidos do Brasil (BEUB) cuja integralização de capital, ao contrário do que preconizava a lei (10%) não chegou jamais a ser concretizada.<sup>22</sup>

Rui Barbosa, além de Ministro da Fazenda, fora igualmente nomeado, ocupando tal função entre 31 de dezembro de 1889 e 17 de agosto de 1890, Vice-Presidente da República.

O decreto de 17 de janeiro de 1890 nascera na exposição de motivos do dia 28 de dezembro do ano anterior. Deodoro assinou-o sem consultar seus Ministros e, diante da crise provocada, quando os mesmos foram informados das novas decisões do Governo pela Imprensa, aceitou uma reunião ministerial para discutir o assunto mas, antecipando-se a ela, declarou que o decreto era irrevogável. Dois Ministros acabaram se demitindo, e a oposição a Rui Barbosa, a partir de então, seria enorme, não apenas por ter-se ele

<sup>20</sup> BELO, José Maria. *História da República*. São Paulo: Nacional, 1969. p. 63.

<sup>21</sup> CARONE, Edgard. *A Primeira República*. São Paulo: DIFEL, 1972. v. 1, p. 202-206.

<sup>22</sup> MAGALHÃES JR., R. *Rui, o homem e o mito*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 67.

transformado, de fato, numa iminência parda do Governo, quanto por se ter chocado frontalmente com interesses até então sempre atendidos e que se consideraram contrariados. Referimo-nos, especialmente, àqueles segmentos latifundiários e imperiais remanescentes. Nem por isso, contudo, eles deixaram de buscar usufruir as vantagens das medidas postas em prática por Rui Barbosa, de sorte que boa parte da agiotagem que se desencadeia então é praticada ou acobertada diretamente por antigos membros da aristocracia que tratavam de se enriquecer rapidamente.

Se observarmos dados estatísticos da época, verificaremos que o país possuía, em 1889, 636 indústrias, das quais 398 haviam sido fundadas entre 1880 e 1889, especialmente em 1885, sendo metade delas localizadas na cidade do Rio de Janeiro.<sup>26</sup>

Para muitos, Rui Barbosa sabia muito bem da tavalagem exercida na Bolsa de Valores, ao assumir o Governo,<sup>27</sup> mas estava, por outro lado, pressionado pela necessidade de manter o fluxo econômico, optando, assim, por medidas de audácia, contra aquelas preconizadas até então e praticadas pelo Império. Deu-se mal porque, ou não conseguiu controlar a agiotagem, talvez até pelas ligações relativamente espúrias que acabou mantendo, ou, como querem outros, dentre os quais Magalhães Jr.,<sup>28</sup> ele efetivamente acabou envolvido com seus protegidos, dentre os quais o banqueiro Mayrink, tornando-se inclusive seu sócio, depois de deixar o Ministério e eleito Senador da República, enquanto o mesmo banqueiro era eleito Deputado Federal, em diversos empreendimentos, com altos salários, embora os resultados de tais empreendimentos fossem tão duvidosos quanto os da maioria dos encetados então.

Seja como for, se em 1889 havia 197 mil contos de réis em circulação, no ano seguinte o valor havia subido para 298 mil e ao final do mesmo ano a 513 mil contos de réis, quantia nunca vista até então.<sup>29</sup> O problema é que tudo era garantido pelo Tesouro Nacional, e a maior parte desse dinheiro, na verdade, não passava de papel pintado, de chuva de papel, para usarmos expressões da época.

As especulações se davam, sobretudo, na jogatina desenfreada que invadiu a cidade, ou na aquisição de cavalos de corrida, construção de palacetes e mansões, quer na Capital Federal, quer em Petrópolis, paraíso da elite de então.

<sup>26</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Globo, 1979. v. 2, p. 508.

<sup>27</sup> Faoro, op. cit., p. 510.

<sup>28</sup> Magalhães Jr., op. cit., p. 62.

<sup>29</sup> FAORO, Raymundo, op. cit., p. 507.

Pensava Rui Barbosa que, se não podia criar riquezas, de uma hora para a outra, podia, sim, fabricar dinheiro.<sup>30</sup> Com isso, apressava-se a utopia de uma República estável e próspera, ainda que tudo tenha saído, logo em seguida, totalmente ao contrário do esperado.

Caio Prado Júnior<sup>31</sup> considera que aquele foi o primeiro “surto apreciável da indústria brasileira”, com o que concordam muitos outros historiadores, dentre os quais Francisco Iglesias.<sup>32</sup> A pequena burguesia ganhava sua oportunidade, o crédito se popularizava,<sup>33</sup> novas classes sociais assumiam lugar. Deodoro da Fonseca é confirmado no Governo a 25 de fevereiro de 1890, quando o Ministério se demite coletivamente, sob uma desculpa pífia da qual participa o próprio Rui Barbosa, desgastado.

A crise surgira no dia 17 de janeiro. O Ministério decidira pela demissão coletiva no dia 20, mas aguardara os resultados da Constituinte, o que ocorreu só no dia 25. Deodoro insistia em conceder privilégios a um amigo pessoal, Trajano Vriato de Medeiros, para a construção do porto e docas da cidade de Torres, no Rio de Janeiro.<sup>34</sup> Opondo-se a uma prática comum naquele momento, Rui, na verdade, aproveitava a oportunidade para sair do Governo, retornando ao Legislativo Federal onde tentaria, inutilmente, nos meses imediatos, justificar suas medidas e recompor sua imagem de homem público. Corriam boatos de imensa riqueza acumulada nos poucos meses de administração pública, mesmo que Rui, permanentemente, alegasse doenças e pobreza exemplar.

Nomeado novo Ministro da Fazenda o Barão de Lucena, Deodoro tenta um golpe de estado a 24 de fevereiro de 1891, mas acaba renunciando no dia 23 de novembro do mesmo ano, e o vice-presidente, Floriano Peixoto, assume imediatamente o poder, contrariando o artigo 42, seção 11, das disposições constitucionais,<sup>35</sup> que determinava nova eleição caso a renúncia ocorresse antes de se completar um ano de administração. Floriano Peixoto preocupava-se, contudo, com a hipótese da restauração do Império, e assumiu a coisa pública com mão-de-ferro, administrando pesada crise que se multiplicava no aplacar os militares em seus soldos, baixar a

<sup>30</sup> BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República*. São Paulo: Alfa Ômega, 1975-1976. v. 2, p. 34.

<sup>31</sup> PRADO JR., Caio. A industrialização. In: IGLESIAS, Francisco (org.). *Caio Prado Jr.* São Paulo: Ática, 1982. p. 168.

<sup>32</sup> IGLESIAS, Francisco. *História geral e do Brasil*. São Paulo: Ática, 1989. p. 263.

<sup>33</sup> MELANTONIO, Oswaldo. *Da necessidade do General Rui Barbosa*. São Paulo: Soma, s.d. p. 94.

<sup>34</sup> Magalhães Jr., op. cit., p. 89, nota 30.

<sup>35</sup> SILVA, Hélio. *O primeiro século da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987. p. 27.



violentíssima inflação que chegava a mais de cinquenta por cento, enfrentar a crise financeira gerada pelo *encilhamento* e, por fim, as rebeliões que se manifestavam em diferentes partes do território nacional, a principal das quais no Rio Grande do Sul. Mas Florianópolis, ao contrário de Deodoro, tinha tendência populista e ganhou a forte adesão dos militares e do populacho.

Demissão por demissão, celebrizara-se Rui Barbosa, igualmente, com os sucessivos pedidos: sete, em menos de um ano, a cada vez que o Ministério ensaiava resistir a qualquer uma de suas decisões.<sup>36</sup> E, segundo alguns autores, teórico, incompetente, impulsivo, desequilibrado, ou à mercê dos interesses de um restrito grupo de banqueiros – conforme o autor que se consulte – Rui Barbosa mudava de idéia a toda a hora, e, conseqüentemente, novos decretos eram expedidos, de sorte que, em pouco tempo, o decreto intocável de 17 de janeiro de 1890 era verdadeira colcha de retalhos.<sup>37</sup> Com sua demissão, Rui completara pouco mais de quinze meses de administração federal, retornando à Oposição, de onde viera: antes, ao Império, agora, a Florianópolis, em plena República.

Cruz Costa sintetiza a queda de Rui Barbosa como a “marginalização da classe média” dos primeiros anos da República,<sup>38</sup> já que, bem ou mal, ele conduzira reformas exigidas por este segmento social. Para Santiago Dantas, fora demasiadamente cedo o salto pretendido.<sup>39</sup> Na acepção de Leôncio Basbaum (p. 33) essa mescla de democracia francesa com mercantilismo norte-americano, apesar de tudo, deixaria resultados positivos porque, ao contrário do que muito se propagou, de que apenas uma de cada cem empresas fundadas então realmente prosseguira suas atividades, o percentual era bem mais alto, e a continuidade desse processo redundaria nos acontecimentos de 1922 e 1930.<sup>40</sup> Efetivamente, Caio Prado Jr. aponta o número de 425 fábricas fundadas no quinquênio 1890-1895,<sup>41</sup> com aumento dos capitais de 800 mil réis, no princípio da década, para 1,9 milhão.<sup>42</sup> O julgamento de um historiador rigoroso, Pandiá Calógeras, é taxativo: “Rui Barbosa não pode ser acusado dos resultados obtidos, pois tudo era anormal em torno de si, e ele não possuía os meios de agir segundo as

inspirações de suas próprias idéias, nessa preamar de assistência não solicitada, que ele se via obrigado a tolerar”.<sup>43</sup> Seja como for, o *encilhamento* levou tempo para ser recuperado e, só ao final da década, com enormes sacrifícios do conjunto da população, a economia brasileira equilibrou-se tanto externa quanto internamente. Enquanto isso, algumas das principais figuras do escândalo, como o Conde de Figueiredo e o Conselheiro e banqueiro Mayrink, eleitos ambos Deputados Federais, digladiavam-se no Legislativo e terminavam revelando inúmeros detalhes até então desconhecidos de tudo o que ocorrera, para escândalo da opinião pública.

Mas o que fora, enfim, esse tal *encilhamento* e de onde o nome?

O *encilhamento* fora, fundamentalmente, a emissão fraudulenta, porque sem base monetária, de milhões de ações de empresas fantasmas, bancos e indústrias, cujos papéis de capitalização eram anunciados escandalosamente no Largo de São Francisco e na rua da Alfândega, centro das atividades econômico-financeiras do Império. Eram tão inventivos os títulos pomposos dos empreendimentos quanto falsos os seus objetivos e abstrata a sua existência. A grande novidade é que todas essas ações tinham garantia do Tesouro, o que não impediu que a *débacle* fosse fantástica quando se descobriu a verdade. Quem, provavelmente, *batizou* formalmente, apropriando-se de uma designação popular, a toda essa movimentação, foi o dramaturgo Arthur Azevedo, ao fazer representar a revista musical de ano de 1891 intitulada *O Tribofe*. Ambos os termos eram retirados da prática do turfe, como se explica: *tribofe* – trapaça, logro, na linguagem dos fanáticos das corridas de cavalos; *encilhamento* – a mixórdia do galpão onde são encilhados os cavalos.<sup>44</sup>

A acepção, cunhada pelo povo, foi registrada e aceita pelos historiadores: “a política do *encilhamento* consistiu na substituição do lastro-ouro por títulos da dívida federal como base das emissões bancárias”, sintetiza Luiz Roberto Lopez.<sup>45</sup> Da mesma forma, Bóris Fausto, em obra recente, registra: “a explicação mais plausível é a de que se tomou um dos sentidos da palavra *encilhamento* – local onde são dados os últimos retoques nos cavalos de corrida antes de disputarem os páreos”<sup>46</sup> e, “por analogia, aplicada à dis-

<sup>36</sup> VIANA FILHO, Luís. *Três estadistas: Rui – Nabuco – Rio Branco*. Rio de Janeiro/Brasília: José Olympio/INL, 1981. p. 184.

<sup>37</sup> Magalhães Jr., op. cit., p. 72.

<sup>38</sup> CRUZ COSTA. *Pequena história da República*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

<sup>39</sup> Santiago Dantas, apud Cruz Costa, op. cit., p. 52.

<sup>40</sup> Faoro, op. cit., p. 507-508.

<sup>41</sup> Prado Jr., op. cit., p. 168.

<sup>42</sup> Viana Filho, op. cit., p. 186.

<sup>43</sup> CALÓGERAS, J. Pandiá. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1945. p. 361.

<sup>44</sup> EULÁLIO, Alexandre. Tempo reencontrado. In: AZEVEDO, Aluisio. *O Tribofe*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Casa de Rui Barbosa, 1986. p. 13.

<sup>45</sup> LOPEZ, Luiz Roberto. *História do Brasil contemporâneo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 25.

<sup>46</sup> FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*, São Paulo, EDUSP-Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1995. P. 252.

puta entre as ações das empresas na Bolsa do Rio de Janeiro, trazendo em si a idéia de jogatina”, especulação confirmada por Leôncio Basbaum: “a fase que então se chamou de *encilhamento*, lembrando o jogo das corridas de cavalo, foi um desastre para todo o país”.<sup>47</sup>

Para que se compreenda perfeitamente o acontecimento, é bom que, antes de procedermos, finalmente, à análise textual, incursio-nemos, ainda, pelo contexto social da época, inclusive seu imagi-nário cultural.

## V

Ao contrário do que poderia parecer à primeira vista, não foram apenas as elites que se envolveram com o *encilhamento*. Gente de todas as classes sociais, inclusive anônimos operários, chegavam a deixar seus empregos para tentarem a sorte na bolsa, perdendo, na maioria das vezes, valores ínfimos para os especuladores, mas imensos para os pobres ingênuos que, muitas vezes, haviam passado anos inteiros para juntar aquelas quantias.

É inequívoco, contudo, que os grandes especuladores e os grandes lucros se realizaram apenas entre os integrantes das elites. Diga-se de passagem, o contraste entre as classes sociais no Rio de Janeiro era extremamente flagrante, verificado a olhos nus, sobretudo se se observasse o modo de morar. Isso não significa que a elite morasse muito bem. Conta Jeffrey D. Needell que, tendo herdado casas senhoriais, sobretudo na Cidade Velha, os aristocratas arruinados ou os novos ricos enfrentavam certo desconforto nos sobrados ao rés-do-chão, prédios mal-construídos e insalubres, mas de enorme durabilidade.<sup>48</sup>

A geografia das elites dividia-se em três espaços fundamentais, segundo o mesmo autor: a casa mal enjambrada na Cidade Velha, a propriedade rural e, por fim, o espaço de fim-de-semana ou específico para o verão, no alto da serra, em Petrópolis. Ali era a representação imaginária da França e, muito especialmente, de Paris, da mesma forma que a Rua do Ouvidor, próxima à Bolsa, representava no imaginário da elite a mesma função: o *chic* era copiar Paris.

Para tanto, apesar do calor execrando, os homens vestiam-se de lã, na maior fidelidade à moda parisiense, e as mulheres multiplicavam saias. Fiéis aos modismos, dois novos espaços sociais haviam se constituído na Capital Federal: os *salões*, sendo os mais importantes aqueles animados por políticos, e as lojas de departamentos (p. 130 e ss.):

“O salão é uma espécie de instituição intermediária entre as instituições formais, como clubes e escolas, e as domésticas, como por exemplo, a família ampliada. [...] As reuniões seguiam, em geral, um padrão comum. O anfitrião e sua esposa preparavam um jantar íntimo para um grupo selecionado de amigos e conhecidos. Em seguida, o círculo mais amplo de convidados chegava e tinha início uma variedade de passatempos refinados: música de câmara, seleções operísticas ou declamação de poesia (normalmente executadas por um músico protegido pelo dono da casa, por mulheres da família da anfitriã ou por algum convidado), ou ainda representação de um trecho de peça de teatro ligeira (quem sabe escrita por um homem de letras renomado e representada pelo anfitrião e pelos membros da família). Danças, jogos de cartas e conversas requintadas ajudavam a compor o ambiente. As mulheres usavam vestidos importados, os homens sobrecasacas ou trajes formais de noite. A ocasião se distinguia de uma simples festa por sua repetição regular em determinado dia da semana, todas as semanas, a cada quinze dias ou mensalmente” (p. 130-131).

A citação é longa mas significativa: esclarece o tipo de relação social que se estabelecia obrigatoriamente.

O outro espaço mencionado é a loja de departamentos, invenção ainda recente de Paris, pois datava da metade do século, e a partir de 1870 fora introjetada no Rio de Janeiro, com enorme afluência das mulheres, *cocotes*, conquistadores, homens do comércio, advogados e outros tipos. Ia-se às compras ou, mais simplesmente, ia-se a andar pelas lojas. A compra, no fundo, era uma desculpa para ver outras pessoas ou, mais especificamente, para que as *outras* pessoas nos vissem (p. 191).

Para que bem compreendamos esse tipo de relação social, é bom que atentemos para o fato de que as elites encontravam-se intimamente unidas por laços pessoais, construídos, ao longo de décadas, por relações de parentesco propiciadas pelos casamentos de interesse, sempre entre as mesmas famílias. Needell evidencia tal fato mediante o exame das árvores genealógicas, concluindo que a mais complexa não reúne, na verdade, mais do que *seis* diferentes nomes familiares (p. 145), de onde o integrante da elite ca-

<sup>47</sup> Basbaum, op. cit., p. 35.

<sup>48</sup> NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical*, São Paulo: Cia. das Letras, 1993. p. 170.

rioca “possuía raízes profundas e densamente entrelaçadas às raízes que deram origem e sustentavam a própria estrutura política do país” (p. 129).

Podemos entender, então, o susto por que esta elite passou ao ver caras novas no espaço tradicionalmente por ela ocupado com exclusividade e o por quê de, como reação, trancar-se em casa, negando-se a conviver com essas novas caras, provocando, inclusive, em parte, o desaparecimento dos salões, cada vez com menor presença, substituídos por reuniões familiares desenvolvidas nos próprios sobrados de seus proprietários, ou transferidas para as residências serranas de Petrópolis, então abertas apenas aos finais de semana.

Poderemos entender, ainda, porque eram importantes os bailes, como aquele famoso, da Ilha Fiscal. A frequência aos salões ou às lojas de departamentos completava-se com os bailes. Brito Broca chega a observar que “em Taunay não há história de amor sem baile”.<sup>29</sup> No baile, os jovens se aproximam, melhor se conhecem e acabam se casando. No baile, igualmente, trocam-se informações e eventualmente armam-se conquistas amorosas menos formais. Nos bailes, enfim, como nos salões, as pessoas se vêem umas às outras e ficam sabendo do que cada uma faz.

Com o advento da República, contudo, o Rio de Janeiro torna-se “o centro da corretagem contra as oligarquias estaduais”, como observa Jeffrey D. Needell (p. 133), e isso amedronta aos antigos aristocratas. Pode-se, assim, bem imaginar o novo escândalo surgido quando Alfredo de Escagnolle Taunay lança *O encilhamento*. O episódio narrado desenrolara-se especialmente no ano de 1890, mas tivera conseqüências que prosseguiram no mínimo pelos dois anos seguintes, explicando-se o subtítulo da obra, “cenas contemporâneas da Bolsa do Rio de Janeiro em 1890, 1891 e 1892”. Não por acaso, o escritor foge do pseudônimo conhecido de Sílvio Dinarte, com que publicara outras obras de ficção, e inventa um novo, Heitor Malheiros. Sendo ele próprio integrante de uma dessas famílias que mantinham estreitas relações sociais e de matrimônio, e evidenciar que estava diretamente envolvido pelo assunto enfocado, provavelmente como vítima, além de denunciar frontalmente personagens com os quais, por certo, encontrava-se dia a dia, é evidente que buscasse salvaguardar sua integridade pessoal, o que, aliás, conseguiu, porque só muitos anos depois a verdadeira identidade do escritor seria revelada.

<sup>29</sup> Broca, op. cit., nota 4a, p. 135.

As emoções ainda estavam frescas, as pessoas atingidas tentavam ainda, na maioria dos casos em vão, serem ressarcidas em seus direitos prejudicados. Processos corriam na área judiciária, propriedades eram vendidas para pagamento de dívidas, famílias se desintegravam por motivo da especulação e, enquanto isso, muitas das personagens mais perniciosas desfilavam, privilegiadas, em cargos públicos ou fingindo-se de desentendidas.

O *brazilianist* que estamos citando reconhece que “a tragédia da geração dos 70 foi o fracasso de suas esperanças de regeneração social” (p. 267), já que a hecatombe fora completa. Assim, a maioria achava-se orgulhosa da Abolição, mas bem menos satisfeita com a República, sobretudo porque o contraste social era mais do que evidente: o custo de vida subira em torno de 50%, o *encilhamento* urbano provocara o *encilhamento* rural<sup>30</sup> – e daí um dos primeiros movimentos dos antigos imigrantes italianos que, diante da quebra de propriedade dos proprietários das fazendas cafeeiras, sobretudo no Vale do Paraíba, apressam-se a comprá-las. É o início da transferência da propriedade imobiliária das antigas mãos tradicionais, mas desacomodadas ao trabalho, para outras, menos clássicas, mas bem mais afeitas às duras lidas da agricultura que, dentre outros, será tema da dramaturgia de Jorge de Andrade na segunda metade do século XX.

A vida na cidade, contudo, tornara-se insuportável. Os problemas da República, na verdade, manifestaram-se sobretudo nas cidades, porque boa parte dos escravos libertos, além de imigrantes chegados ao país nos últimos anos, dirigiam-se justamente para os centros urbanos, numa estratégia simples e ainda hoje oportuna de sobrevivência. Entre 1889 e 1894, a moeda mais que triplicou e a inflação chegara a 20%.

June E. Hahner indica que, por volta de 1890, na cidade do Rio de Janeiro, tomando-se apenas a população de trabalhadores, havia um equilíbrio entre indivíduos do sexo masculino e do feminino, mas dificilmente uma mulher – a maioria das quais empregadas domésticas – conseguiria ter um ganho capaz de dar sustento ao marido.

Assim, se entre as elites a luta pelo poder prosseguia, também entre os trabalhadores a luta pela organização de sua categoria nascia com grande força. Manifestações anarquistas e socialistas começam a ocorrer. Entre 1 e 6 de agosto de 1892, ocorre um congresso de trabalhadores e surge o Partido Operário Brasileiro.<sup>31</sup>

<sup>30</sup> Faoro, op. cit., p. 517.

<sup>31</sup> HAHNER, June E. *Pobreza e política – os pobres urbanos no Brasil – 1870/1920*. Brasília: Universidade de Brasília, 1993. p. 119.

Dentre as inúmeras petições de empreendimentos ocorridas ao longo do *encilhamento*, havia um bom número daquelas que pretendia financiar a construção de casas populares para os trabalhadores, sobretudo depois que o Prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, com o apoio do Governo da República, decidira enfrentar frontalmente a existência dos cortiços, começando por mandar derrubar o *Cabeça de Porco*, o mais conhecido de todos por ser de propriedade do Conde d'Eu, esposo da Princesa Isabel, numa verdadeira operação de guerra contra seus moradores, colocados categoricamente na rua durante uma madrugada.

Pedia-se, portanto, isenção de impostos para o atendimento à habitação popular, da mesma forma que hoje em dia, e à medida em que Floriano Peixoto conseguiu encaminhar ao menos parte de reivindicações semelhantes, foi-se transformando, gradualmente, num verdadeiro herói popular (p. 137).

A concentração populacional no Rio de Janeiro é corroborada por José Murilo de Carvalho:<sup>22</sup> boa parte desta população dependia de estalagens e quartos de aluguel para morar (aliás, uma das primeiras cenas da revista de Arthur de Azevedo antes citada, *O Tribofo*, apresenta situação exemplar neste sentido). Murilo de Carvalho indica, porém, desequilíbrio numérico entre a população masculina e feminina, afirmando que tal fato agravava ainda mais a situação, porque gerava convivências indesejadas (p. 17), já que o número de homens seria quase o dobro do de mulheres. Consequência imediata, "o desequilíbrio refletia-se no índice de nupcialidade, que era apenas de 26% entre os homens brancos e caía para 12, 5%, entre os negros".

Como nosso assunto principal não é, contudo, esse, registremos apenas que, para esse tipo de população, o Chefe de Polícia sabia muito bem, sim, como agir, provocando sua postura, inclusive, reações bastante fortes da população de baixa renda, especialmente quando negra, que se vingava criando modinhas e quadrinhas contra a autoridade.

Para que tenhamos absoluta clareza sobre o conceito de classe utilizado por Jeffrey D. Needell em sua obra, ele se apressa em apresentar um *apêndice* explicativo. Dos diferentes critérios adotados, e que desenvolve longamente, não se chega a cinco mil famílias, ficando-se numa média de três mil, o conjunto que comporia, na época, a elite carioca e que foi altamente beneficiada por todo o episódio do *encilhamento*.<sup>23</sup>

E. P. Thompson, citado por Hayden White, afirma que *classe* não se trata de uma coisa ou entidade, mas antes de uma *relação*. O historiador mostra que "a classe ocorre quando alguns homens... sentem e dizem que seus interesses se identificam entre eles mesmos, e em contraste com outros homens cujos interesses diferem dos deles (e não raro se lhes opõem)" (p. 29). Ora, aquilo a que assistimos, naquele momento, é exatamente essa guerra surda entre interesses diversos, mas que, segundo alguns historiadores, definia um vencedor, ao menos momentâneo: as velhas oligarquias rurais do Império. A queda de Rui Barbosa e o insucesso do *encilhamento* haviam derrotado provisoriamente dois diferentes segmentos sociais, o populacho e a pequena burguesia. A indicação do Barão de Lucena para o Ministério da Fazenda bem o atestava.<sup>24</sup> Enquanto isso, crescia a indignação e a vontade de uma reparação, o que, de certo modo, a publicação de *Oencilhamento* acabou concretizando.

## VI

Como dissemos na abertura desse ensaio, *Oencilhamento* foi publicado primeiramente em folhetim, e logo depois em forma de livro, em 1893. Para que possamos agora proceder a uma análise abrangente do texto, é bom que lancemos mão de alguns conceitos gerais de crítica literária.

Walter Benjamin, em conhecido ensaio,<sup>25</sup> mostra-nos ser possível distinguir dois tipos de narradores, aquele identificado com o viajante, e que, por isso, "vem de longe", e um outro, "que ficou em casa e conhece as histórias e tradições de sua terra". É evidente que Alfredo de Esdragnolle Taunay, ao menos neste texto, colocasse entre os do segundo grupo. A própria aproximação de sua obra da forma da crônica o evidencia.

No mesmo texto, Benjamin, ao diferenciar a narrativa do romance, indica que o gênero romanesco sobrevive da atração que, sobre o público, possui a *novidade* (p. 61/2), seu mérito maior: o romance traz, como característica, o ser informativo, mas tem uma exigência, a *verificabilidade*. Ora, um *roman à clef* nada mais quer do que isso, pois inclusive provoca deliberadamente o leitor potencial com evidentes travestimentos das figuras públicas mais conhecidas, trocando-lhes os nomes para melhor lhes poder referir as ações.

<sup>22</sup> Faoro, op. cit., p. 517.

<sup>23</sup> Benjamin, op. cit., p. 58.

<sup>22</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados - o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987. p. 36.

<sup>23</sup> Needell, op. cit., p. 275 e ss.

R. Magalhães Jr., no famoso livro que escreveu sobre Rui Barbosa,<sup>86</sup> identifica ao menos três dessas personagens, tais como surgem no romance de Taunay: Mayermeyer aparece como Mayrink (p. 63, nota 6), o Barão de Lamarim é na verdade o Barão de Alto Mearim (p. 8485) e William Drowns esconde a verdadeira personagem Henry Lowndes (p. 91-92) que protagonizou fantástico episódio envolvendo a Beneficência Portuguesa (nota 44 do citado livro). Aliás, a título de curiosidade, registre-se que, ou por confusão do próprio escritor, ou por erro tipográfico, a edição que compulsamos do romance registra alternadamente Mayermeyer e Meyer Mayer o nome da primeira dessas personagens (p. 130 e 158, p. ex.).

Ora, o aspecto de *novidade* que por certo atraiu e escandalizou o público era o maior aval de garantia de sucesso da obra na época e, hoje, é o que mantém interesse para o leitor moderno. O que mudou é que não estamos mais buscando a identificação dos nomes das personagens, mas sim, os elementos de *verossimilhança* com a realidade, de *coerência* entre o enredo ficcional e os elementos da realidade histórica que conhecemos e encontramos relatada nos livros.

Dirce Côrtes Riedel, analisando as aproximações possíveis entre a História e a ficção, evidencia que a “temporalidade é a condição histórica”<sup>87</sup> e, ao mesmo tempo, um dos elementos fundamentais da narrativa (p. 15). Sob tal perspectiva de seqüencialidade (*followability*) é que se estrutura qualquer enredo, seja ele ficcional ou de um discurso que se pretenda científico, como no caso da historiografia, porque da articulação entre ambas depende a possibilidade real do discurso: “a temporalidade é, do ponto de vista do prolongamento da existência entre nascimento e morte, e sob a perspectiva do ser-em-comum, a condição histórica (*historicidade*) do Dasein” (p. 19), isto é, do *estar-aí*. Ninguém pode *ser* ou *estar* sem uma *durabilidade* que se imbrica num tempo maior, coletivo, de que será parte integrante. A narrativa é, assim, a concretização dos eventos que ocorrem neste período, tanto do ponto de vista individual quanto de sua inserção na coletividade. Ora, o que *O encilhamento* realiza é exatamente isto: conta-se a história de Luis de Meneses, um hesitante recém-formado universitário, dividido (como toda a boa personagem romântica) entre aderir ao modismo especulativo produzido pelo *encilhamento* ou buscar uma motivação

mais conseqüente para a sua vida. Ao mesmo tempo, divide-se, também, entre o desejo sensorial produzido pela bela Laura Siqueira e o amor ingênuo e idealista pela sobrinha daquela sedutora, Alice Dias. Aliás, Meneses é, definitivamente, um pusilânime e, pelo que se conhece de sua biografia, ao menos neste aspecto diferiria fundamentalmente do autor do romance.

Ao mesmo tempo em que se narra essa história privada, digamos, com que cruzam outras vidas como a de Siqueira, do jovem apaixonado (à la Werther) Roberto, o velho Ribeiro Fonseca, o secretário espanhol Don Artur Tremeal ou o especulativo advogado Ferreira Sodré, realiza-se a história coletiva de uma época, de uma sociedade e de um episódio que a todos atingiu.

Aliás, Hayden White afirma que todo e qualquer texto deve ser analisado sob triplo aspecto: a *descrição*, que realiza a *mimese*, ou seja, a maneira pela qual o texto apresenta os dados da realidade abordada; a *narrativa* propriamente dita, ou *diegese*, que é o modo pelo qual a narrativa se articula (o enredo, em última análise) e, por fim, a *articulação* entre ambos os aspectos, o que ele denomina de *diataxe*.<sup>88</sup>

Ora, a narrativa de *O encilhamento* se dá através de uma terceira pessoa onisciente, que às vezes inclusive antecipa os acontecimentos e que se permite comentá-los, articulando claramente, para o leitor, os níveis da descrição e da narrativa, à medida em que introduz, aqui e ali, longas digressões sobre os acontecimentos históricos, sem se valer da voz de qualquer uma das personagens, ao mesmo tempo em que articula, ao nível da narrativa, a experiência concreta do episódio, especialmente através de figuras como o advogado Sodré, o velho Fonseca e, sobretudo, uma extensa galeria de tipos que, às vezes, apenas passam pela cena, mas que compõem aquele conjunto que evidencia não ser aquela a narrativa apenas de um episódio isolado, mas sim, de um caso exemplar, escolhido e selecionado dentre outros tantos. A galeria apresenta tipos como Silva Cocais, o velho Castelmário, o Barão de Várzea Fortes, Jacinto Alves, Almeida Nogueira, Barão de Santa Firmina, Conselheiro Mendes Cordeiro – outro exemplo de confusão, ou do autor ou tipográfico, eis que ele também aparece como Cordeiro Mendes (ver p. 81 e 94) – refinado crápula que atua com pretensa seriedade enquanto fiscal de bancos, um dos tantos tipos responsáveis pelo desastre do *encilhamento* justamente por sua corruptibilidade, Azevedo Cintra, Costa Bretas, Mr. Mistory, e especialmente, Mayermeyer e William Drown.

<sup>86</sup> Magalhães Jr., op. cit.

<sup>87</sup> NUNES, Benedito. *Narrativa histórica e narrativa ficcional*. In: RIEDEL, Dirce Côrtes (org.). *Narrativa – ficção e história*. Rio de Janeiro: Imago, 1988. p. 19.

<sup>88</sup> White, op. cit., nota 9, p. 17.

É neste sentido, um ponto de vista conservador o do narrador, porque apresenta uma única perspectiva – negativista – dos acontecimentos. Em nenhum momento se esboça qualquer perspectiva menos ilusória e derrotista de todos os acontecimentos. O narrador, assim, como que se coloca num ponto fixo ideal, a partir do qual gira seu olhar penetrante e cético por toda a sociedade.

Da geografia central da cidade do Rio de Janeiro, consubstanciada nas ruas da Alfândega (p. 15), 1. de Março (15 e 21), da Quitanda (p. 119) e Itaboraá (p. 173), até um popular ponto de encontro que é o Café do Amorim (p. 36), desloca-se eventualmente até as lojas de departamentos, para surpreender um outro aspecto da vida social daquele grupo que permitiu tal descabro: a falsidade das relações amorosas (o encontro e o *flirt* de Laura e Meneses, por exemplo, na medida em que a personagem, ao mesmo tempo em que brinca com os sentimentos do rapaz, ora parecendo atendê-lo, ora oferecendo-lhe a sobrinha, na verdade mantém comportamento semelhante com o velho Fonseca mas, na verdade, é amante do secretário espanhol, acabando por ser descoberta pelo marido) corresponde, por sua falsidade, à mesma hipocrisia que comanda as relações comerciais e financeiras da praça carioca. Desta maneira, *O encilhamento* narra uma história de amor e traição, na constituição do típico triângulo amoroso, para poder narrar, de fato, uma história de amor e traição na perspectiva social do episódio conhecido como *encilhamento*, de que a primeira narrativa, então, é a metáfora.

O enredo linear avança, contudo, vagarosamente, pleno de detalhamento de cada episódio, aprofundando-se enquanto crônica de costumes daquele momento. A narrativa, centralizada na hesitação de Meneses em aderir ou não à especulação vigente, desdobra-se na hesitação semelhante em torno de Laura/Alice. O que parece ficar inconsciente na narrativa do Visconde é que, na verdade, Luis de Meneses praticamente não decide entre uma das duas mulheres: são os acontecimentos que decidem por ele. De um lado, a decadência inesperada e espantosa de Roberto, que pode ser interpretada objetivamente como clara crítica do escritor a um determinado tipo de narrativa romântica que ele considera ultrapassada e rejeita. De outro, a descoberta da traição de Laura por Siqueira: é por exclusão, assim, que Meneses acaba optando (?) por Alice.

Da mesma forma acontecem as coisas em relação aos acontecimentos sociais: Meneses sente-se espicaçado em seu desejo e necessidade de fazer fortuna e ascender, socialmente, pela possibilidade do *encilhamento*. Afinal, todos faziam o mesmo: os *zangões* se

multiplicavam por toda a parte. Mas se Roberto traduz toda essa aparente vitalidade que o romancista se apressa em denunciar como falsa, ao colocar a personagem às portas da morte (por paixão!), verifica-se uma vez mais a utilização da metáfora como um recurso básico narrativo: Roberto quase morre de paixão, melhor que seja por Alice, porque daquela situação ele encontrará salvação, do que se for pela paixão da agiotagem, na qual mergulharia cada vez mais e da qual não conseguiria depois se livrar. Neste sentido, a figura do advogado Dr. Ferreira Sodré é uma espécie de ampliação ou projeção daquilo em que se transformaria Roberto, 28 anos, especulador entusiasmado e apaixonado, caso não ocorresse o episódio amoroso, da mesma forma que Laura é a fiel personificação (por sua falsa aparência) da miragem em que se constituiu o *encilhamento*.

O panorama da sociedade é ampliado ainda com a responsabilização direta e explícita do governo, muito especialmente da República e, sobretudo, de seu aspecto militarista que o narrador acusa sucessivamente, ora nomeando seu responsável direto, Deodoro da Fonseca (p. 20, 31-32, 59, 77, 139), ora ironizando os acontecimentos (por exemplo, quando, exemplarmente, parece enganar-se, pela boca de uma personagem, ao trocar a referência ao *encilhamento* pela expressão *empalhamento* (p. 212), prática de absoluta naturalidade, pois que ocorrida na figura da velha ingênua Dona Maria da Cruz, amiga da família de Meneses e que, cliente do Dr. Sodré, é por ele enganada em determinado momento, levada a adquirir algumas ações cujo valor logo sofre baixas significativas.

Por fim, o panorama se completa com um conjunto de personagens de vaidade exemplar, como o pai de Roberto, pretense especialista em política e que se realiza ao poder antecipar, profeticamente, os pretensos acertos do governo, jamais concretizados. Significativamente, a personagem se chama Babo de Magalhães (de Babo para Bobo é um pulo...) e o narrador se diverte a colocá-lo, de modo patético, mais adiante, quando o filho tenta o suicídio, vitimado pela paixão amorosa não correspondida por Alice. Nesta mesma perspectiva, pode-se observar o ridículo médico Dr. Ribeiro Taques, que pretende ter salvo o doente graças a seu receituário, quando as coisas aconteceram exatamente ao contrário.

O narrador, falando de Meneses, permite-se admitir, em certo momento, uma tendência sebastianista (isto é, saudosista – p. 33), chegando mesmo a declarar-se explicitamente anti-republicano (p. 54 e 155).

O conjunto de novos ricos que perambula pelos salões e casações sempre em festa pode ser personalizado em João José Maria Furtado de Souza e Siqueira, fidalgo, cujo apelido é Joca (p. 83), o que ridiculariza de imediato a personagem, sobretudo porque quem assim o chama é justamente sua esposa Laura, que o trai. Por outro lado, o narrador revela que a origem da fortuna da família Siqueira é devida ao contrabando de escravos desenvolvida pelo avô da personagem (p. 35), com o quê, igualmente, relativizam-se essas fortunas tão inesperadas. Outro exemplar da riqueza local é o velho Ribeiro Fonseca, viúvo, pretensão moralista mas extremamente ladino, sempre à conquista de Laura, não hesitando, para isso, em dar alguns presentes nada mais nada menos que ao próprio marido da mulher, e que, aos 54 anos de idade, proprietário da fazenda Santa Madalena, tem como sua grande preocupação na vida, casar as três filhas solteironas, Elisa, a mais moça (p. 174), com 19 anos, Eufrásia, a mais velha (p. 175), e a do meio, apenas mencionada. Sempre a lembrar a esposa falecida, Pulquéria (p. 176) não deixa o velho, contudo, de insistir na conquista, espécie de Don Juan decadente (p. 86-87), que retrata a própria decadência daquela sociedade.

Taunay é exímio ao batizar suas personagens. De modo geral, os nomes traduzem o pensamento do escritor em relação a elas, funcionando como uma chave de interpretação textual que vai bem além das convenções mais tradicionais do *roman à clef*.

A narrativa se inicia num dia de inverno (p. 15), por volta das 14 horas (p. 30). Os blocos em que o enredo se estrutura podem ser organizados em três grandes conjuntos: o primeiro abrange, justamente, este início de tarde, estendendo-se até às 15 horas (p. 36). Serve para esboçar a paisagem, tanto física (urbana), quanto das personagens, e, sobretudo, a ação dramática representada pela azáfama provocada pelo *encilhamento*. O outro conjunto é relativo ao baile em que Meneses pretende ampliar sua aproximação de Laura, mas em que acaba se achando extremamente dividido entre ela e Alice. O episódio começa com a menção explícita da meia noite (p. 156), quando o rapaz chega ao salão de festas, e se conclui às cinco horas da madrugada, quando ele retorna à casa, exausto (p. 191), após ter sabido da tentativa de suicídio do amigo Roberto e ter comparecido a sua casa; o bloco final reúne sucessivos momentos em que a personagem experimenta descobertas significativas para sua decisão final de fidelidade à jovem Alice: a diversificação de menções (10 horas da manhã, p. 191; 5 horas da tarde, p. 207; 8 horas da manhã, p. 280) busca um ritmo narrativo de multiplicação de atividades, como se a personagem, enfim, deixasse sua pusilanimidade e se dispusesse agora a agir concretamente.

O espaço em que se desenrola a narrativa não é muito amplo ou variado: as ruas centrais da cidade, em meio às quais a azáfama dos *zangões* se desenvolve (p. 15 a 18), os salões em que as festas se multiplicam (p. 54 e 127), algumas casas (a de Laura, a de Roberto, a própria casa de Meneses) e, enfim, o escritório do advogado, onde vai dona Maria da Luz (p. 90): aí, uma vez mais, a ironia no batismo da personagem. Dona Maria é uma pobre velha ignorante, vinda do nordeste brasileiro e que, contando com uns poucos vinténs deixados pela morte do marido, faz algumas aplicações através do Dr. Sodré, sendo por ele engabelada. Contudo, chama-se *da Luz* aquela que poucas luzes possui, tanto que nada entende do que está ocorrendo e deposita a mais absoluta confiança no advogado, um verdadeiro salafitário. Aliás, é curioso observar que nenhum dos que, eventualmente, examinaram o romance de Taunay, destacaram esta prática estilística que era, para a estética vigente, relativamente inusitada e constitui, certamente, o aspecto mais interessante do romance, porque revela claramente sua tendência liberal, emprestando-lhe permanência que outros aspectos podem não ter guardado.

A avaliação que em geral se faz do romance de Alfredo Taunay refere apenas o aspecto mecânico do livro, por ser um *roman à clef*. Chega-se mesmo a dizer que, perdida a possibilidade da identificação das personagens de ficção com as reais, e decorrido o tempo entre sua produção e os dias de hoje, a obra teria perdido interesse.

Parece-nos, contudo, que tal avaliação é equivocada. Mesmo se levarmos em conta a perspectiva de crônica da qual o texto se aproxima muito, como registrou, dentre outros, Lúcia Miguel Pereira, a obra se coloca como uma recriação de extrema fidelidade e dinamicidade de eventos históricos cuja *atualidade é inequívoca*. E é essa perspectiva, justamente, que a mantém interessante e significativa. Lembremos, além do mais, todos os acontecimentos que, ao longo dos últimos anos, têm ocorrido com a história brasileira: se considerarmos apenas a história recente, verificaremos que, na verdade, *Oencilhamento* coloca-se como um episódio exemplar e, conseqüentemente, também exemplar é sua narrativa, no mínimo porque tais acontecimentos, com pequena variação, têm-se repetido sucessivamente em nosso país. Neste sentido, o aspecto de *novidade* referido por Benjamin é um dos elementos de afirmação do texto, ao mesmo tempo em que, pela potencialidade da comparatividade que ele nos possibilita, guarda também a característica de seqüencialidade, ou seja, sua mimese continua atual e a aproxima-

ção entre os eventos referidos e os da contemporaneidade é absolutamente possível. Por fim, sua perspectiva de crônica, quer sob o ponto de vista literário, como espécie de recorte de um momento (uma vida, a de Luis de Meneses) de um conjunto maior (a sociedade carioca do final do século XIX), quer sob o ponto de vista histórico (a sucessão de eventos cronologicamente dispostos mas que sofrem uma reorganização personalizada por parte do autor, que assim interpreta os eventos segundo sua própria percepção e perspectiva), permite-nos valorizá-lo enquanto um texto capaz de propiciar a leitura crítica de um determinado momento de nossa história, colocando-o no rol daqueles textos que, de fato, abolem as fronteiras normalmente referidas entre o discurso literário e o historiográfico. Considerado sob a perspectiva de uma *ficção da representação factual*, como o quer Hayden White, por certo *O encilhamento* ganha uma outra perspectiva de interpretação e valorização.